



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

versão novembro/2025

LUIS
EVANDRO
SILVA
BRASIL
20/07/2026 08:01
JOAO
LUIZ
PEIXOTO
DA
SILVA
20/07/2026 11:55

TERMO DE REFERÊNCIA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de munições para as armas de fogo da Polícia Judicial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. .

1.2. Detalhamento dos bens e serviços que compõem a solução:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	MUN CBC 9MM LGR TREINA EOOG 124GR NTA A	un	12.000
2	MUN CBC 9MMLUGER ETOG 124GR A	un	1.000
3	CART CBC 12/70 CH-SG HI-IMPACT A	un	250

1.3 Os itens do objeto devem ser agrupados em grupo?

() Sim - Justificativa para o não parcelamento do objeto:

(x) Não

2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL¹

A demanda está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA?

(x) Sim: ID da Demanda nº SECSEG-09 ² () Não

3 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO³

¹ O Plano de Contratações Anual é regulamentado pela Portaria GP.TRT4 nº 1.633/2025, que estabelece quais tipos de contratação devem, obrigatoriamente, estar previstas no plano.

² De acordo com o Artigo 13 da Portaria GP.TRT4 nº 1.633/2025, as demandas encaminhadas para contratação podem ter uma variação de até 20% em relação ao valor estimado no Plano de Contratações Anual (PCA). Variações negativas acima deste limite devem ser justificadas, enquanto variações positivas acima desse limite precisam de justificativa detalhada e prévio encaminhamento ao Subcomitê de Contratações para deliberação, conforme os procedimentos previstos na Seção V do Capítulo II da mencionada Portaria (alterações realizadas por meio do formulário contido no Anexo Único da Portaria, que deverá ser enviado à Secretaria de Administração).

³ A justificativa deve conter os fatos e fundamentos que especifiquem a necessidade de uso/utilização do bem/serviço, bem como os benefícios a serem alcançados, considerando o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

3.1. Os elementos que fundamentam a presente contratação constam no Documento de Formalização da Demanda.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1.** Nas especificações do orçamento deverão constar a quantidade e descrição do material, valor unitário e valor total conforme especificações solicitadas.
- 4.2.** Cabe observar que se trata de Munição de Arma de Fogo, material controlado por normativos do Exército Brasileiro, tendo apenas um fornecedor em âmbito nacional, o que ensejou a instrução do presente processo de aquisição na forma de inexigibilidade
- 4.3.** Foi emitida a "DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE" pelo Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa em fls.
- 4.4.** O Contrato/Empenho deverá ser emitido com as informações cadastrais da CBC conforme "Dados do Fornecedor" informados nesta cotação.

5 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Nota: A Resolução CNJ nº 400/2021 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem adotar processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável (artigo 2º). Logo, a inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações não se refere apenas à inserção de especificações no objeto que tratem de questões ambientais, mas sim como um conceito mais amplo, que abrange aspectos econômicos, sociais e culturais.

Para conhecer os principais critérios de sustentabilidade nas contratações mais comuns do TRT4, bem como as práticas de sustentabilidade que podem ser observadas no processo da contratação, consulte o [Guia de Contratações Sustentáveis do TRT da 4ª Região](#).

A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis do Guia de Contratações?

() Não

(x) Sim - Discrimine a seguir:

Dimensão Ambiental: Os materiais escolhidos (NTA) não geram gases ou resíduos tóxicos garantindo exemplos de critérios ambientalmente corretos.
Logística Reversa: Os estojos das munições são retornados para fábrica como condição de compra para novas munições, acompanhados do material plástico da embalagem.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1.** Prazos e Condições:
- 6.2.** Prazo de Entrega: Até 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento da Nota de Empenho e autorização do Exército (exigida para os PCEs de uso restrito), devendo prevalecer a contagem do prazo de entrega a partir da data do último documento recebido pela empresa.
- 6.3.** A entrega deverá ser realizada na Secretaria de Segurança Institucional do Tribunal Regional





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

do Trabalho da 4a Região, situado na Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre/RS CEP:
90110-903, Ala Norte do 4º andar.

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

DADOS DO SERVIDOR PARA COMBINAR A EXECUÇÃO/ENTREGA	
Nome	Evandro Brasil
Telefone	51 981485775 51 32552240
E-mail	Isbrasil@trt4.jus.br

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será realizado após o recebimento definitivo do objeto.
- 8.2. A contratada deverá efetuar cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.
- 8.3. Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

9 REAJUSTE CONTRATUAL

- 9.1 Não se aplica

10 VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O valor total da contratação é de R\$ 70.903,13
- 10.2. O detalhamento da pesquisa de preços realizada consta no Mapa Comparativo de Preços, anexo I.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- () Programa de Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho;
() Outra:

12 FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 12.1. A contratação será realizada mediante inexigibilidade de licitação.
- 12.2. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços?
(x) Não.
() Sim, em razão da(s) seguinte(s) hipótese(s):
() Necessidade de contratações permanentes ou frequentes devido às características do objeto.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- () É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa.
- () É conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, inclusive nas compras centralizadas.
- () Não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, devido à natureza do objeto.
- () Execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:
- a) Existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e
 - b) Necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

13 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

() Produtor, empresa ou representante comercial exclusivos	
Inciso I do Art. 74 da Lei 14.133/2021	
Deverá prever um dos seguintes documentos para demonstrar a inviabilidade de competição:	
() atestado ou contrato de exclusividade;	Fls.
() declaração do fabricante;	Fls.
(x) qualquer outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.	Fls.9-12

() Contratação de Artista	
Inciso II do Art. 74 da Lei 14.133/2021	
Devem ser observados os seguintes requisitos:	Justificativa / Fls.
I - consagração do artista pela crítica especializada ou opinião pública;	
II - contratação diretamente ou através de empresário exclusivo;	
III - consonância do evento com as finalidades institucionais e com o interesse público;	

() Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Inciso III do Art. 74 da Lei 14.133/2021

Devem ser observados os seguintes requisitos:

I - justificativa robusta que ratifique a notória especialização.

* Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Justificativa/Fls.

II - documentos que comprovem a notória especialização, quando cabível.

*Exemplos: currículos, publicações, atestados de capacidade técnica, etc.

Fls.

() Contratações por meio de credenciamento

Inciso IV do Art. 74 da Lei 14.133/2021

Pode ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

Justificativa

() I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

() II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

() III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

() Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha

Inciso V do Art. 74 da Lei 14.133/2021

Devem ser observados os seguintes requisitos:

Justificativa / Fls.

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

*A justificativa deverá conter uma ampla análise de mercado que demonstre que o imóvel é o que melhor





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

atende às necessidades do órgão.

() Outros casos não previstos nos incisos I a V do Art. 74 da Lei 14.133/2021

* Exemplo: serviços públicos prestados em regime de monopólio (energia elétrica, água, esgoto, etc)

Justificativa:

14 SANÇÕES APLICÁVEIS⁴

14.1. As sanções relativas a advertências, atrasos na entrega, inexecução total ou parcial e impedimentos obedecerão ao disposto na Lei 14.133/2021 e na Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022.

RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Doc Assinado Digitalmente

Luis Evandro Silva Brasil

Agente Polícia Judicial

Doc Assinado Digitalmente

Joao Luiz Peixoto da Silva

Agente de Polícia Judicial

Diretor Secretaria Segurança Institucional

⁴ Cabe à unidade requisitante avaliar a necessidade de prever sanções específicas para a execução do objeto e incluir as cláusulas pertinentes no Termo de Referência.

